



Radiografia da crise

Os antecedentes da decisão do presidente Zedillo de desvalorizar o peso mexicano e as possíveis vias para superar a difícil conjuntura que atravessa o país são analisados em um documento do PRD, partido de oposição de esquerda



Ernesto Zedillo



Cuauhtémoc Cárdenas

Em janeiro de 1995, quando o México estava ainda aturdido pelo colapso do modelo neoliberal e a *débâcle* ameaçava comprometer as próprias bases do modelo político mexicano, o Partido da Revolução Democrática (PRD), fundado em 24 de outubro de 1988 por dissidentes do governante PRI – entre eles, Cuauhtémoc

Cárdenas e Porfirio Muñoz Ledo – realizou um seminário de caráter nacional para avaliar a profundidade da crise e pensar alternativas. O documento que publicamos a seguir – com alguns cortes, por razão de espaço – foi resultado dessa reunião e está incluído nessa edição pela sua importante contribuição à atual conjuntura mexicana.

O país foi levado novamente a uma profunda crise econômica. A gravidade da situação põe, à vista de todos, os custos econômicos e sociais, assim como os inaceitáveis riscos que, para a soberania nacional, implica a continuação da estratégia neoliberal imposta desde 1983.

Foram derrubadas as bases de sustentação que a realidade dava ao mito do suposto êxito da economia mexicana. Este mito elaborado e difundido cuidadosamente durante o decênio passado a partir dos gabinetes da imprensa da presidência e do gabinete econômico, foi propagado com a cumplicidade e o respaldo dos mais poderosos meios de comunicação, das cúpulas empresariais, da burocracia priista que controla o sindicalismo oficial e o corporativismo camponês e popular.

A nova crise abriu a mais propícia conjuntura, em anos, para uma profunda crítica ao modelo neoliberal. E confirmou o acerto dos esforços que, nesse sentido, há muitos anos vêm sendo realizados pelos sindicatos e organizações camponesas independentes, os movimentos sociais, uma parte importante do mundo acadêmico e pelo próprio PRD.

O debate desencadeado polarizou rapidamente as interpretações da situação e as propostas em dois pólos contrários. Um *conservador* – constituído por aqueles que defendem o modelo neoliberal – para o qual os problemas só refletem erros na operação da política econômica, ocorridos no contexto de um modelo supostamente vitorioso. E o pólo *progressista* – no qual nos colocamos – que, desde a instauração do modelo neoliberal, não aceitou suas características subordnadoras ao exterior e elevados custos sociais.

Sustentamos que a crise não é circunstancial, e sim tem profundas raízes: é a própria crise da estratégia neoliberal aplicada ao México.

Dentro da posição conservadora são visíveis até o momento duas nuances. Uma é a daquelas figuras mais ligadas ao governo de Zedillo, que defendem que a crise é resultado da condução equivocada do tipo de câmbio e da subestimação do tamanho do déficit comercial durante os seis anos da gestão passada.

A segunda posição considera, ao contrário, que a crise é produto de uma má condução da política cambial durante aquele período, e que o tipo de câmbio não estava sobrevalorizado, nem o déficit corrente era excessivo e, portanto, não era necessário desvalorizar. Afirma também que a pouca experiência em promover desvalorizações mostrada pela atual administração, tornou os efeitos da medida desnecessariamente severos.

Neste documento se pretende contribuir para a análise da situação do Programa Econômico de Emergência e a Alternativa Democrática. O trabalho está dividido em quatro sessões:

- I. As causas profundas da crise do modelo neoliberal;
- II. As causas circunstanciais da crise;
- III. A crítica ao programa de emergência do governo;
- IV. A alternativa do PRD.

I - As causas do colapso

Na atual situação econômica se condensa um conjunto de elementos inerentes ao modelo neoliberal impulsionado pelos governos priistas nos últimos doze anos. Este modelo corresponde plenamente ao interesse do sistema financeiro internacional, incluindo os dirigentes da cúpula financeira do país.

Diante da crise financeira de 1982, o governo de Miguel de la Madrid iniciou uma política de ajuste e reformas estruturais cujos componentes constituem um modelo de clara definição neoliberal auspiciado pelas organizações financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (Bird). Este modelo já havia sido desenhado e colocado em prática anteriormente em outros países.

Premissa do modelo neoliberal é a entrega da condução real da economia e a concentração dos benefícios para o pequeno grupo tecnocrático e os proprietários do capital financeiro. O espólio do poder econômico da sociedade em favor desse pequeno grupo se realiza a partir do governo, através de uma radical política de retirada do Estado de atividades de desenvolvimento e apoio à produção nacional agrícola e industrial, através da entrega de empresas públicas a corporações financeiras privadas, e por meio da maior abertura comercial financeira ao exterior.

Ao mesmo tempo, eliminam-se direitos trabalhistas, submetem-se ou flexibilizam as organizações sociais dos trabalhadores e se impõem fortes restrições salariais. É uma política de plena liberdade interna e mobilidade mundial do capital e, ao mesmo tempo, de plena submissão dos trabalhadores.

Em condições de grande desigualdade social e internacional, o neoliberalismo desencadeia uma feroz competição comercial, um acelerado processo de *darwinismo* econômico e social, cujos resultados são logicamente previsíveis: uma maior concentração do poder econômico no pequeno grupo social e nos países que de antemão têm todas as vantagens, e a exclusão da maioria das populações dos benefícios do progresso.

Em todos os casos, as intenções expressas pelos políticos que promovem um modelo neoliberal são as mesmas: elevar a eficiência produtiva pela força da concorrência, ajustar as finanças públicas e alcançar o equilíbrio macroeconômico

Em condições de desigualdade social, o neoliberalismo desencadeia uma feroz competição que exclui a maioria da população dos benefícios do progresso

Radiografia da crise

para controlar a inflação e criar condições para um crescimento econômico suficiente e estável. Estas intenções nunca se cumprem. Ao contrário, avança a seleção econômica em favor das corporações mais fortes e aumenta a concentração da renda em poder do grande capital financeiro.

Raízes profundas

Alguns dos elementos que hoje se resumem na crise são os seguintes:

* A tendência a um crescente déficit na balança comercial, devido à combinação do aumento em termos absolutos e relativos da importação de todo tipo de bens, ao pagamento da dívida externa, na forma de juros, e do retorno aos investimentos estrangeiros, muito acima do aumento de nossas exportações.

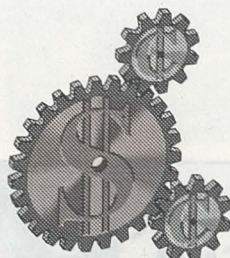
* O exagerado aumento das importações é um efeito não somente do crescimento da produção e da modernização da base produtiva, como afirma o governo, e sim, principalmente, da perda de espaço dos produtos nacionais devido à competição com o exterior. Diante da abrupta, e generalizada abertura comercial, a maioria das empresas agrícolas e industriais do país perdeu parcial ou totalmente o seu mercado.

* O desmedido processo de abertura mexicana, iniciado e aprofundado nas condições mais adversas para a base produtiva do país, tem sido elemento fundamental para a elevação do déficit comercial até os insustentáveis níveis hoje conhecidos. Não se pode pretender a solução da atual crise sem a profunda correção deste processo.

* O crescente endividamento externo e interno do setor privado, e também do setor público, agravado agora com o aumento da taxa de juros, incrementou o déficit da conta corrente. O superendividamento e as carteiras vencidas, tanto da agricultura como da indústria, constituem um dos principais obstáculos ao gasto em investimento pelas empresas.

O PRD insistiu na necessidade de uma renegociação da dívida externa que estancasse essa sangria econômica, procurando fórmulas que fizessem os banqueiros estrangeiros participar equitativamente na solução do problema que eles próprios contribuíram para gerar.

Os governos de De la Madrid e de Salinas, porém, persistiram na prática de manter a qualquer custo os pagamentos à dívida externa, apesar dos choques externos que sofreu a economia mexicana e das catástrofes naturais ocorridas durante esses anos, como o terremoto de 1985.



O México transferiu para o exterior durante o mandato de Miguel de la Madrid em média 6% ao ano do Produto Nacional Bruto. A campanha publicitária promovida pelo governo de Salinas para celebrar o suposto fim dos superendividamentos e da insolvência conseguiu ocultar o fato de que, ao longo do seu mandato, os pagamentos dos juros da dívida externa foram equivalentes ao total das exportações petrolíferas mexicanas naquele período.

É escassa a participação do capital estrangeiro que entra no país em investimentos produtivos. A maior parte dos capitais entra para investimentos em carteiras de curto prazo, exigindo altas taxas de rentabilidade. Impõe-se, assim, um alto custo e uma grande insegurança a uma economia que, por seu crescente déficit em conta corrente, depende cada vez mais do capital externo para manter a estabilidade monetária.

Verificou-se, então, uma verdadeira avalanche de capitais estrangeiros que veio desfrutar das facilidades e altos rendimentos oferecidos pelo governo mexicano, à custa do trabalho e riqueza da nação e ao risco de uma crescente subordinação ao exterior. Passou-se a vender a imagem de uma nação próspera, democrática e feliz, provocando a miragem de que o modelo neoliberal parecia ser o único caminho correto. A miragem fomentou a ilusão de uma moeda forte, uma inflação controlada e de finanças públicas e contas externas em equilíbrio.

Foi insuficiente o estímulo ao investimento produtivo, tanto para o capital estrangeiro quanto para o nacional, devido, principalmente, ao estancamento ou à escassa expectativa de ampliação do mercado interno. Tal fato está determinado pela evolução dos salários, do emprego e da economia rural, que restringem o poder aquisitivo da maioria da população.

O processo de concentração da renda que tem se registrado nos últimos anos determina, ao mesmo tempo, uma escassa capacidade de poupança pelo aumento do consumo de artigos de luxo, e uma maior canalização da poupança em direção aos investimentos financeiros-especulativos, desviando-o dos investimentos produtivos, pela razão já assinalada da insuficiência de mercado interno.

É crescente a desarticulação da estrutura produtiva do país. Na produção de bens finais se utiliza cada vez menos bens de capital e intermediários aqui produzidos. Ao mesmo tempo, a demanda de alimentos se satisfaz cada vez menos com bens originários do setor agropecuário ou de pesca do país.

Neste período de desinflação o salário perdeu, em alguns momentos, tanta ou mais capacidade de compra que a deterioração sofrida nas etapas de maior inflação; e a paridade cambial do peso foi se deteriorando até sobrevalorizar-se

no final de 1993, e constituir um elemento destruidor da base produtiva nacional, ao baratear artificialmente as importações e encarecer as vendas mexicanas ao exterior.

A política neoliberal de redução da inflação impediu o cumprimento das metas de crescimento previstas no Plano Nacional de Desenvolvimento para a segunda metade do mandato de Salinas. Isso apesar do volumoso crescimento das entradas de capital estrangeiro ao país, em especial os investimentos em carteira na Bolsa de Valores. O lento crescimento da economia foi-se fazendo dependente das importações e do investimento estrangeiro de curto prazo.

Credibilidade abalada

O governo de Carlos Salinas de Gortari obteve um grande êxito de comunicação: convenceu o mundo que havia conduzido a economia mexicana a um fortalecimento tal de sua estrutura, que existiam bases para iniciar uma grande etapa de crescimento com estabilidade.

A política de estabilização e transformação estrutural havia conseguido modernizar a economia e aproximá-la do Primeiro Mundo. Com essa expectativa, conseguiu o ingresso do México na Organização da Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, que reúne os países industrializados). Além disso, o governo dos Estados Unidos e de outras nações ricas transformaram o México em líder da modernização de países em desenvolvimento e, como tal, em candidato à presidência da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Este diagnóstico otimista da economia mexicana foi adotado por Ernesto Zedillo, a princípio como candidato e, durante os primeiros dias de seu mandato, como presidente da República.

Por este motivo, a crise monetária que explodiu no dia 21 de dezembro passado causou tanto assombro e estupor. Converteu-se de imediato em uma profunda crise de confiança.

II- Os elementos circunstanciais

Nestas condições, o interesse pessoal e partidário de Salinas de Gortari impediu que o tipo de câmbio do dólar frente ao peso fosse ajustado a tempo. Pedro Aspe, presidente da Comissão de Câmbio da Junta de Governo do Banco do México, e Miguel Mancera Aguay, governador daquela "autônoma" instituição, insistiram em manter a paridade do peso ainda diante do enorme déficit em conta corrente e da importante saída de capital devido aos assassinatos políticos ocorri-



*Vendeu-se a
imagem de uma
nação próspera,
democrática
e feliz,
provocando a
miragem de que
o modelo
neoliberal
parecia ser o
único caminho
correto*

dos em março e em setembro de 1994, com o intuito de dar cobertura política, tanto à campanha eleitoral do PRI, como à candidatura Salinas à presidência da Organização Mundial do Comércio.

O México viveu, durante os últimos 12 anos, a traumática experiência do dilapidação dos ativos da nação, cujo produto total cresceu cerca de 60 bilhões de pesos – segundo o câmbio anterior à desvalorização – e dos quais, segundo as próprias cifras oficiais, somente restam atualmente no Fundo de Contingência, 521 milhões de pesos. Com a venda desses ativos, geraram-se, numa velocidade meteórica, algumas das maiores fortunas pessoais no mundo sem cumprir o propósito de sanear verdadeiramente a economia.

A venda de novos ativos estratégicos deve ser evitada a todo custo, não só pela má experiência demonstrada no passado recente, mas porque não existe preço que poderia compensar a nação pela alienação da estatal Petroleos Mexicanos (Pemex) ou de outras empresas e atividades reservadas pela Constituição ao Estado mexicano.

No caso da Pemex, além de ser resultado das lutas do povo mexicano e do valor estratégico por ela representado, continua sendo a empresa que outorga o maior superávit de divisas do país e o principal contribuinte ao erário nacional. A Pemex constitui, sem dúvida, o ativo estratégico mais importante que possibilita uma política de defesa e fortalecimento da soberania da nação.

A passividade, cumplicidade e ocultamento da verdade por dois presidentes, autoridades fazendárias e monetárias – com a co-responsabilidade de Ernesto Zedillo – permitiram que, no transcorrer dos últimos nove meses, se evaporassem as reservas internacionais do Banco do México (que passaram de 28 bilhões de dólares, em meados de março do ano passado, aos atuais 5 bilhões e 600 milhões) para benefício de uns poucos especuladores bem informados e melhor relacionados, e para infelicidade da nação.

III- O Programa de Emergência Econômica do Governo

A política proposta pelo governo Zedillo para enfrentar a emergência econômica é totalmente inadequada para superar a grave situação que vivemos. O governo recusou-se de antemão a realizar e tornar público um diagnóstico verdadeiro da situação em que vivemos. Zedillo é co-responsável pela situação econômica, não só por ser o atual presidente, mas porque ele mesmo e alguns membros de sua equipe fizeram parte do gabinete econômico da administração passada.

Em relação ao diagnóstico, o governo primeiro defendeu a idéia de que o México enfrenta um

mero descalabro circunstancial ocorrido dentro de uma estratégia econômica basicamente correta.

Contudo, diante da evidência da incapacidade de conter, com essa explicação, o aprofundamento da crise, e ao confrontar-se com sérias dificuldades para conseguir-se a recompra por parte dos investidores da dívida pública nos mercados de bônus (os chamados Tesobônus), a versão oficial dos fatos teve de acrescentar ao seu diagnóstico a noção – de qualquer maneira limitada e autocomplacente – de que se vive uma “crise de liquidez”.

Não se encarou, assim, o fato de que o que está em crise é o próprio modelo neoliberal, o que ameaça, a curto prazo, destruir a base produtiva nacional. Uma situação com conseqüências muito mais graves que a mera circunstância de “falta de liquidez” e que obriga a reformular a fundo a estratégia econômica seguida durante os últimos 12 anos, e não apenas corrigir algum aspecto equivocado.

O Programa de Emergência Econômica (PEE) do governo pretende conseguir um alívio superficial e de curto prazo à instabilidade da situação econômica. Com um diagnóstico equivocado da situação, os objetivos iniciais expostos pelo Programa Econômico de Emergência restringem-se aos seguintes:

- a) reduzir o déficit de conta corrente a níveis controláveis;
- b) criar condições para uma rápida recuperação da atividade econômica e do emprego;
- c) reduzir e abreviar o efeito inflacionário ao máximo possível.

Essas metas foram superadas de imediato pelos acontecimentos: o prosseguimento da fuga de capitais e divisas ocorridas imediatamente depois de publicadas as metas e medidas governamentais determinou novas e mais fortes quedas na bolsa de valores e no câmbio.

A iniciativa de modificação do Artigo 2º da Lei de Receita de 1995 enviada por Zedillo para a aprovação durante o período extraordinário do Congresso, solicita contrair uma dívida externa “com o objetivo de trocar ou refinarçar os valores denominados Bônus da Tesouraria da Federação (Tesobônus) até o montante em circulação na atual data(...)”.

Esta pretensão do Executivo implica não só o problema de um novo endividamento externo de grande magnitude, mas também a sensível mudança da qualidade dos credores mexicanos, em prejuízo das opções e margens com as quais o México conta para enfrentar a atual situação.

Atualmente, o México deve Tesobônus resgatáveis em moeda nacional, principalmente a investidores privados estrangeiros. Como em toda dívida mantida por um Estado soberano com particulares, essa dívida está amparada pelo princípio jurídico aceito internacionalmente da

dívida soberana. Isso quer dizer que os Estados não podem ser embargados, e que a força não pode ser utilizada contra nenhum Estado para cobrar as dívidas assumidas em favor de indivíduos de outras nacionalidades.

Contudo, quando a administração mexicana decide contrair novos créditos com o governo norte-americano – para garantir e eventualmente pagar em dólares os Tesobônus –, o que se está fazendo é converter uma dívida interna hoje assumida por estrangeiros, em uma dívida externa assumida com o governo estrangeiro: nada mais nada menos que a maior potência militar e política do mundo.

Debilita-se, assim, a defesa do princípio internacional da dívida soberana, principalmente quando, para reforçar a garantia da nova dívida, se comprometem a receita das futuras vendas de petróleo ou os lucros futuros da indústria elétrica. Para não falar do que representaria aceitar, em troca desses novos créditos, condições tais como modificar nossas relações com Cuba, novas privatizações, condições políticas, etc.

Em síntese, o Programa Econômico de Emergência do governo propõe as seguintes medidas:

* Um processo de novo endividamento público que pode ser de magnitude sem precedentes e condições de muita subordinação. Esse empréstimo pode significar um perigoso retrocesso nas possibilidades do México de enfrentar a crise, ao trocar dívida interna adquirida com cidadãos estrangeiros por dívida externa adquirida com o governo de outro Estado.

* Estabelecimento de onerosas garantias para o pagamento do serviço da nova dívida, tais como a entrega antecipada da receita das futuras exportações de petróleo e vendas do setor elétrico.

* Novas vendas e concessões de estatais e ativos da nação em portos, aeroportos, ferrovias e telecomunicações.

Por outro lado, para reduzir o déficit em conta corrente a níveis manejáveis, conter a inflação em baixos níveis e recuperar a capacidade de crescimento o mais rápido possível, pretende-se:

* a desvalorização do peso em relação ao dólar como única medida protecionista;

* a drástica redução da demanda interna a partir de:

a) o corte do gasto público em 13% do PIB. Essa redução inclui adiamento de investimentos públicos e do gasto corrente;

b) novas e drásticas reduções ao poder aquisitivo real dos salários. Mantêm-se as cifras de aumento salarial negociadas antes da crise (na ordem de sete por cento, incluídos os bônus de



produtividade e de dez por cento, incluídos os subsídios fiscais), quando o próprio governo calcula hoje uma inflação em 1995 de 19%;

c) restrição de crédito e elevação das taxas de juro.

* novas medidas de abertura, em particular a aceleração da abertura financeira do País.

Os riscos do Programa Econômico de Emergência do governo são enormes, até hoje não se conhecem a totalidade das condições que estão sendo impostas ao país para levantar as ações de resgate entre os governos, os bancos e organismos internacionais. E ainda quando consigam propiciar a estabilização de curto prazo – o que não é certo –, acentuam os problemas de fundo que impulsionaram a crise.

Em síntese, os riscos previsíveis são os seguintes:

1) aumento significativo dos graus de dependência e vulnerabilidade externa da economia mexicana pelo incremento meteórico da dívida externa, assim como pela deterioração dos limites legais do país para sustentar decisões soberanas sem risco de ser agredido;

2) risco iminente de falência de significativos setores da base produtiva nacional, já que muitas empresas não poderão suportar a combinação dos seguintes fatores:

– redução da capacidade de compra do mercado interno (devido à queda dos salários reais, gastos e investimentos públicos e limitação do crédito);

– elevação substancial dos custos pelo encarecimento das importações e aumento dos custos financeiros (taxa de juros);

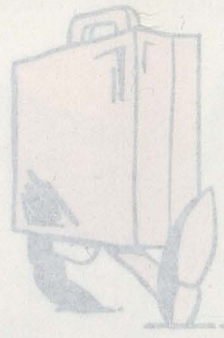
– a alta carga das carteiras, muitas vencidas já antes da crise;

– possibilidade de incremento da concorrência estrangeira no mercado interno, pela continuação da expansão da abertura já decidida no Nafta e os novos processos de abertura que se anunciam;

3) risco de evaporação dos recursos obtidos pelas vendas de novos ativos nacionais;

4) participação não-equitativa dos setores no ajuste: o governo não prevê nenhuma medida para recuperar os ativos da nação perdidos com a fuga das reservas e o desaparecimento do Fundo de Contingência, ou para taxar os lucros obtidos por aqueles que especularam com o peso;

5) aprofundamento dos níveis de desemprego, pobreza e desigualdade social no país, que já se encontram em situação extrema.



*O PRD
considera
indispensável
um novo
programa de
resposta à
crise, sobre as
bases da defesa
da soberania e
do patrimônio
nacional*

IV- A proposta do PRD

Diante de tudo que foi colocado anteriormente, o Partido da Revolução Democrática (PRD) postula a formação de uma Frente Nacional pela Defesa do Patrimônio Nacional e da Economia Popular, a qual inicie a mobilização da cidadania para alcançar a implantação de um programa econômico de salvação nacional. O programa que se propõe representa a configuração de um novo esquema de relação de forças políticas no país, rompendo com o caminho neoliberal.

Em matéria de política consideramos que, para enfrentar a situação atual, se requer:

* Avançar de imediato para uma profunda democratização da vida nacional, que abranja a discussão e o início da reforma do Estado;

* Substituir os autoritários e velhos esquemas de imposição corporativa de programas econômicos, que não são realmente consensuais, que, ao invés de servirem para o combate eficaz da crise, contribuam para agravar a concentração de renda nas mãos de uns poucos e para o crescimento da pobreza nos setores majoritários da população;

* Proceder à imediata democratização dos sindicatos, das organizações camponesas e urbano-populares, e das organizações empresariais.

* Superar a subordinação acrítica ao presidente do Poder Legislativo realizada por uma "maioria autômata" de parlamentares priistas.

* Romper o controle e a censura oficial aos meios de comunicação de massa, especialmente da televisão. Isto permitirá informar e alertar a consciência nacional sobre os riscos e dificuldades que o país enfrenta atualmente, assim como estimular uma análise verdadeiramente plural e democrática da situação e das alternativas existentes.

O Partido da Revolução Democrática (PRD) considera que é indispensável esboçar, imediatamente, um novo programa de resposta à situação econômica, sobre as bases de defesa da soberania e do patrimônio nacional, da proteção efetiva da base produtiva, assim como da preservação e fomento do emprego e salário dos trabalhadores da cidade e do campo. A estabilização interna e externa que se levará adiante priorizará estes objetivos.

Ao mesmo tempo, se promoverá a discussão e o esboço de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento da economia mexicana, a médio e longo prazos.

O Programa de Resposta Democrática à Crise Econômica postula:

1) a imediata iniciativa para repensar os termos das relações econômicas internacionais do país. Em particular, se formulará à Comunidade Econômica Internacional:

- a moratória de comum acordo ou uma moratória, por um ano, dos juros da dívida pública externa adquirida aos bancos comerciais estrangeiros, organismos financeiros internacionais e governos dos países desenvolvidos. Essa moratória não abrange investidores individuais, fundos de pensão e similares, que continuarão recebendo normalmente seus rendimentos;
- a renegociação dos saldos e das taxas de juros da dívida externa pública com os organismos financeiros internacionais e com os governos credores das nações;
- a utilização dos fundos de garantias acertados com a banca credora na última renegociação;
- também se demandará uma nova estrutura do comércio internacional e da política cambial;
- serão racionalizadas as importações de bens e serviços do exterior, elaborando-se um orçamento de divisas do setor público com mecanismos de regulamentação cambial e comercial para a utilização das divisas obtidas pelo setor público, priorizando-se as importações necessárias ao desenvolvimento social;
- se fomentará adequadamente a exportação de bens manufaturados e primários;
- se realizará uma revisão do Tratado de Livre Comércio (Nafta), especialmente naqueles aspectos que resultaram onerosos para o País e para o parque industrial nacional;
- se proporá um novo quadro de cooperação e desenvolvimento com a América do Norte;
- se fomentarão grandes esquemas de cooperação e solidariedade com a América Latina, além da liberação simultânea dos mercados latino-americanos ao comércio exterior.

2) Políticas de estímulo à produção, ao abastecimento e ao mercado interno:

- políticas de fomento seletivo e eficiente à produção agropecuária e agroindústria;
- manutenção dos níveis reais do gasto programável do setor público no curto prazo, para sustentar os níveis de produção e emprego;
- políticas de abastecimento, e a preços acessíveis, de produtos de consumo básico;
- políticas de descentralização do gasto público em favor de estados e municípios;
- políticas de fomento ao crédito dos bancos de desenvolvimento e estabelecimento de um banco nacional de primeira linha;
- políticas de fomento ao crédito privado por meio de medidas e regulamentações das atividades bancárias e financeiras privadas que redu-

zam as margens de lucros da intermediação bancária, aliviem os problemas das carteiras vencidas e propiciem ofertas de novos recursos à sociedade. Buscar-se-á uma relação entre os setores bancário e financeiro e o setor produtivo que resulte em um efetivo apoio ao setor produtivo;

- se reprogramarão, a médio e longo prazos, os vencimentos de curto prazo da dívida pública interna, com o objetivo de aliviar as pressões do gasto público, dos mercados cambiais e das contas externas;
- políticas de taxação fiscal às atividades especulativas e lucros financeiros; assim como de taxação ao consumo dos setores de renda mais elevada da população.

3) Proteção ao emprego e ao salário:

- se realizará um aumento de emergência dos salários para compensar parcialmente as perdas sofridas;
- se realizará a revisão periódica dos salários;
- se estabelecerão esquemas equitativos, bilaterais e efetivos, de pagamento do aumento da produtividade do trabalho;
- se integrarão políticas específicas de fomento ao emprego, incluindo as políticas de descentralização dos gastos para estados e municípios.

4) Defesa e fortalecimento do patrimônio nacional:

- se realizará a redefinição imediata dos programas de desenvolvimento da Pemex, para estimular a produção de bens com maior valor agregado, em especial o refino e a petroquímica, em mãos da nação, e o programa de desenvolvimento da Comissão Federal de Eletricidade;
- se fortalecerão as atividades e programas das demais empresas da nação; se evitará a todo custo a alienação de seus ativos;
- se recuperará o valor dos ativos da nação com ativos dos cidadãos mexicanos responsáveis pelos ataques especulativos contra o peso e pela fuga de divisas; definição de responsabilidade por omissão no cumprimento de deveres do desempenho público dos funcionários responsáveis.

5) Começar-se-á a imediata discussão democrática para estabelecer as bases de um novo projeto de desenvolvimento econômico e social nacional, baseado no fortalecimento da soberania, da democracia e do bem-estar. Serão modificadas a Constituição e as leis ordinárias, com o objetivo de estabelecer um autêntico sistema nacional de Planejamento Democrático. ■

México, DF, 15 de janeiro de 1995

